

RELATÓRIO DE VIAGEM

Carlos da Fonseca

75ª Reunião do Comitê de Políticas para a Economia Digital da OCDE

O Comitê de Políticas para a Economia Digital (CDEP), da OCDE realizou sua 75ª reunião nos dias 21/11 a 23/11. No dia 20/11, teve lugar reunião do comitê de governança do projeto “Going Digital”, para o qual o Brasil foi convidado a designar representante, na condição de observador.

PROJETO GOING DIGITAL

O projeto “Going Digital”, anteriormente batizado “Projeto Horizontal sobre os Benefícios da Digitalização para o Crescimento e o Bem-Estar” foi lançado, em novembro de 2016, como parte do plano de trabalho do CDEP para o período 2017-18. Trata-se, segundo informado pelo próprio CDEP, da maior iniciativa “transversal” da organização, desenvolvida, de forma articulada, por 14 Comitês da OCDE: Concorrência (CC), Políticas do Consumidor (CCP), Políticas de Economia Digital (CDEP), Indústria e Inovação (CIIE), Seguros e Previdência Provada (IPPC), Mercados Financeiros (CMF), Assuntos Fiscais (CFA), Políticas de C&T (CSTP), Estatísticas (CSSP), Políticas Econômicas (EPC), Educação (EDPC), Emprego e Trabalho (ELSAC), Governança Pública (PGC) e Comércio (TC). A coordenação da iniciativa será do CDEP, com apoio do Secretariado (Diretoria de CT&I).

O projeto teve como origem proposta elaborada no segundo semestre de 2015, pelos Presidentes dos comitês de Políticas para Economia Digital (CDEP), Ciência e Tecnologia (CSTP), Política para o Consumidor (CCP) e Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE), e submetida ao crivo das autoridades dos países membros durante as reuniões ministeriais de Ciência e Tecnologia (Out/15), Emprego (Jan/16), Capacitação (Jun/16) e Economia Digital (Jun/16), bem como a reunião do Conselho da OCDE (Jun/16).

A iniciativa parte da premissa de que a digitalização da economia apresenta tanto oportunidades como desafios a governos, setores privados, trabalhadores e sociedade civil, o que torna necessário estudo aprofundado de seus diferentes impactos, de forma a melhor preparar os diferentes segmentos da sociedade para extrair maiores benefícios, minimizando os custos.

Conforme salientado na introdução do documento-base do projeto, “a

digitalização da economia oferece promessas de inovação, eficiência e melhoria nos serviços”, contribuindo para promover crescimento mais inclusivo e sustentável, assim como maior bem estar. Ao mesmo tempo, acarreta rupturas em relação a modelos consagrados de organização dos mercados e de interação entre indivíduos e grupos dentro da sociedade, com prováveis e significativas repercussões em termos de empregos (“job creation” e “job destruction”), educação (“digital literacy”), capacitação (“skills”), privacidade, segurança, políticas em material tributária e comercial (e-commerce), controle e/ou transferência de novas tecnológicas, e a possível reorganização das cadeias globais de valor, com concentração crescente em benefício das economias mais avançadas e suas grandes plataformas de comércio e prestação de serviços *online*, o que poderá agravar o problema do hiato digital e das disparidades econômicas no mundo.

Diante desse quadro, o projeto tenciona contribuir para que formuladores de políticas públicas possam melhor “identificar medidas que permitirão a suas economias maximizar os benefícios da digitalização e lidar apropriadamente com os desafios que se apresentarão”, deliberando sobre os prováveis “trade-offs” entre benefícios econômico-sociais de natureza geral e custos pontuais para grupos determinados dentro da sociedade.

A estrutura de governança do projeto articula-se em torno de um “steering group”, integrado por dois membros de cada um dos 14 comitês envolvidos, além de um grupo de especialistas (“expert advisory group”), de um grupo de “amigos da digitalização”, constituído por embaixadores acreditados junto à Organização, bem como de um grupo de coordenação, liderado por representantes das diferentes diretorias da OCDE envolvidas. Países não membros da OCDE estariam, em princípio, impossibilitados de integrar quaisquer dos foros de governança do “Going Digital”. No entanto, após gestão realizada junto ao secretariado do CDEP, o Brasil foi convidado, em outubro, a somar-se ao “Steering Group”, na condição de observador, indicando até dois “delegados interessados” (Interested Delegates). O governo brasileiro indicou como delegados o chefe da DI, Carlos da Fonseca, e o senhor Daniel Cavalcanti, do MCTIC.

A agenda da segunda reunião do comitê de governança do projeto prevê os seguintes principais itens: (a) informe sobre estado atual de implementação do projeto; (b) avaliação das respostas ao questionário sobre “integrated policy framework” (o Brasil contribuiu no início de 2017); (c) apresentação

sobre módulos temáticos do projeto; (d) apresentação do senhor Nicolas Colin, comissário da “Commission Nationale de l’Informatique et les Libertés”; (e) apresentação sobre metodologia a ser empregada no módulo sobre indicadores do projeto; e (f) discussão de versão preliminar do relatório a ser apresentado durante o Going Digital Ministerial Council Meeting, em 2018.

75ª REUNIÃO DO CDEP

A 75ª reunião do CDEP teve lugar dias 21 a 23 de novembro. A agenda do encontro incluiu os seguintes tópicos:

(a) apresentação do trabalho realizado pela OCDE em apoio à coordenação alemã da Força Tarefa sobre Economia Digital;

(b) informe sobre o lançamento do Digital Economic Outlook 2017, que conta com contribuições brasileiras, especialmente do MCTIC, GSI e ANATEL;

(c) apresentação dos resultados de seminário sobre Inteligência Artificial, realizado em 25 e 26 de outubro. Foi debatida a conveniência de se iniciar negociação de Recomendação sobre a matéria;

(d) apresentações, pelo secretariado, sobre os avanços recentes do projeto “Going Digital”, em especial seu pilar 1 (Integrated Policy Framework), com base em contribuições recebidas dos países membros;

(e) apresentação, pelo secretariado, do relatório “Unlocking the Potential of e-commerce”, sobre o potencial do comércio eletrônico, conforme mandato estabelecido pelo plano de trabalho (PWB) 2017/18;

(f) apresentação do relatório “Benefits and Challenges of Open Platforms”, elaborado pelo secretariado da OCDE, sobre benefícios e desafios das plataformas digitais (conforme PWB 2017/18);

(g) Apresentação do trabalho conjunto dos grupos de trabalho de medição e indicadores (WGMADE) e Segurança e Confiança no Ambiente Digital (WGSPDE) sobre indicadores em segurança digital e privacidade;

(h) Apresentação do trabalho conjunto dos grupos de trabalho de medição e indicadores (WGMADE) e Infraestrutura (WGCISP) sobre indicadores e medição de IoT;

(i) Apresentação de projeto de estudo do grupo de trabalho de medição e indicadores (WGMADE) sobre medição e análise de plataformas digitais.

(j) discussão sobre a revisão da Recomendação sobre TICs e Meio Ambiente (2008), em sequência a debate iniciado na reunião de maio deste ano;

(k) discussão inicial sobre o Plano de Trabalho e Orçamento (PWB) para o período 2019/20.

Ao final da reunião do pleno do Comitê, o representante brasileiro fez curta apresentação sobre o avanço da formulação da Estratégia Brasileira de Transformação Digital (e-Digital), salientando a importância do processo de consultas públicas, conduzido em meados de 2017, que resultou em mais de 700 contribuições de diferentes setores ao documento-base da e-Digital.

A avaliação da participação do representante brasileiro nas reuniões do CDEP mantém-se muito positiva, considerando: (a) que as discussões em curso sobre temas digitais na OCDE contribuem de forma decisiva para a formação de conceitos e consensos em torno dos principais aspectos da economia digital; (b) a importância da OCDE para o estabelecimento de padrões e benchmarks internacionais nesses temas, por meio de seus diferentes documentos (estudos, pesquisas, “peer reviews” e recomendações e declarações), que têm impacto relevante nos trabalhos de negociações em outras instâncias de debate e negociação, como G20, OMC, OMPI, IGF, UIT, UNCTAD. Vale destacar, nesse sentido, o papel desempenhado pela OCDE no secretariado das presidências do G20, com a produção documentos de trabalho, estudos e seminários de natureza multisetorial; (c) o histórico de cooperação do CDEP com o Cetic.br, que atualmente produz estudo, por encomenda do Comitê, para a elaboração de questionário em matéria de segurança digital.